

CONCURSO PÚBLICO

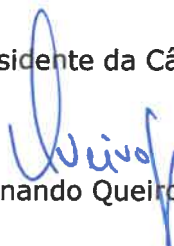
**ESTUDO, VALORIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS CASTROS
DE BOTICAS**

CADERNO DE ENCARGOS

Documento composto por 14 Páginas, numeradas de 1 a 14.

Câmara Municipal de Boticas, 07 de Fevereiro de 2018

O Presidente da Câmara



(Fernando Queiroga)

Capítulo I
Disposições gerais

Cláusula 1.ª

Objecto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de “Estudo, Valorização e Divulgação dos Castros de Boticas”.

Cláusula 2.ª

Contrato

- 1 — O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Prazo do Contrato

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 250 dias, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

Capítulo II
Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 4.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

1 — Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de proceder aos Estudos de Arqueologia necessários para execução de projeto e obras de Conservação de Ruínas Arqueológicas e de produção de conteúdos científicos para Exposições Temporárias e para Publicações;
- b) Obrigação de conceber e produzir conteúdos para divulgação;
- c) Obrigação de produzir e montar Exposições Temporárias Itinerantes;
- d) Obrigação de colaborar na organização de eventos correlacionados com as temáticas da Arqueologia e do Património Cultural;

2 — A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.ª

Fases da prestação do serviço

- 1 - Os serviços objeto do contrato para “Estudo, Valorização e Divulgação dos Castros de Boticas”, compreendem as seguintes fases:
 - a) Estudos de Arqueologia.
 - b) Produção de conteúdos para divulgação.
 - c) Conceção, produção e montagem de exposição temporária.
 - d) Organização de eventos científicos e de atividades culturais.
- 2 - As fases acima nomeadas devem ser desenvolvidas segundo o disposto nas cláusulas nºs 11 a 14 do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 6.ª

Forma de prestação do serviço

1 — Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a realizar, de acordo com o calendário e modalidades a estabelecer, reuniões

de coordenação com os representantes do Município de Boticas, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.

2 — O prestador de serviços fica também obrigado a apresentar ao Município de Boticas, com periodicidade a estabelecer, relatórios de progresso da execução dos trabalhos objeto do contrato.

3 — No final da execução do contrato, o prestador de serviços deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos em cada fase de execução do contrato.

4 — Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 7.ª

Prazo de prestação do serviço

1 - O prestador de serviços obriga-se a concluir a execução do serviço, com todos os elementos referidos nas cláusulas nºs 11 a 16 do presente Caderno de Encargos, de acordo com as seguintes fases e datas, a contar da data de celebração do contrato:

a) Estudos de Arqueologia

O prazo para execução deste trabalho é de 220 dias, sem interrupção de contagem aos sábados, domingos e feriados.

b) Produção de conteúdos para divulgação

O prazo para execução deste trabalho é de 250 dias, sem interrupção de contagem aos sábados, domingos e feriados.

c) Conceção, produção e montagem de exposições temporárias.

O prazo para execução deste trabalho é de 250 dias, sem interrupção de contagem aos sábados, domingos e feriados.

d) Organização de eventos científicos e de atividades culturais.

O prazo para execução deste trabalho é de 250 dias, sem interrupção de contagem aos sábados, domingos e feriados.

2 — Os prazos previstos nos números anteriores podem ser prorrogados por iniciativa do Município de Boticas ou a requerimento da Entidade Adjudicatária, quando o Município de Boticas entenda que o motivo da prorrogação se encontra devidamente fundamentado.

Cláusula 8.ª

Recepção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

1 — No prazo de 30 dias a contar da entrega dos elementos referentes a cada fase de execução do contrato, o Município de Boticas procederá à respetiva análise, com vista

a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no disposto nas cláusulas nºs 11 a 14, do presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2 — Na análise a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve prestar ao Município de Boticas toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

3 — No caso de a análise do Município de Boticas, a que se refere o n.º 1, não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos segundo o disposto nas cláusulas nºs 11 a 14, o Município de Boticas deve disso informar, por escrito, a Entidade Adjudicatária.

4 — No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município de Boticas, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

5 — Após a realização das alterações e complementos necessários pelo prestador de serviços, no prazo respetivo, o Município de Boticas procede a nova análise, nos termos do n.º 1.

6 — Caso a análise do Município de Boticas a que se refere o n.º 1 comprove a conformidade dos elementos entregues pelo prestador de serviços com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nos termos das cláusulas nºs 11 a 16, deve ser emitida, no prazo máximo de 30 dias a contar do termo dessa análise, a declaração de aceitação pelo Município de Boticas.

7 — A emissão da declaração a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nos termos do disposto nas cláusulas nºs 11 a 16 do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 9.ª

Transferência da propriedade

1 - Com a declaração de aceitação a que se refere o n.º 6 da cláusula anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade material dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato, para o Município de Boticas.

2 - A propriedade e direitos intelectuais dos resultados dos estudos produzidos no âmbito da presente prestação de serviços, sob qualquer forma que revistam, são dos autores nominais, não podendo ser reproduzidos, sob qualquer forma, sem a sua

autorização expressa, nos termos do disposto na cláusula n.º 31 do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 10.ª

Conformidade e garantia técnica

O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues ao Município de Boticas em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do prestador de serviços e prazos respectivos aplicáveis aos contratos de aquisição de serviços, nos termos do Código do Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Subsecção II

Disposições Específicas

Cláusula 11.ª

Estudos de Arqueologia

1. O Prestador de Serviços deve contemplar a realização de campanhas de trabalhos arqueológicos de campo.

a) As campanhas de trabalhos arqueológicos deverão contemplar a possibilidade de participação em regime de voluntariado e poderão revestir a modalidade de "campo-escola" de arqueologia.

2. Trabalhos Arqueológicos

a) O Prestador de Serviços deverá apresentar Planos de Trabalhos Arqueológicos, de acordo com a legislação vigente, para as seguintes estações arqueológicas:

- Povoado de Batocas, na União de Freguesias de Ardãos e Bobadela;
- Castro de Sapelos, na freguesia de Sapiãos;
- Corta mineira Romana do Limarinho, na União de Freguesias de Ardãos e Bobadela.

b) Os trabalhos arqueológicos deverão ser dirigidos por um arqueólogo, que deverá orientar as ações de acordo com o Plano de Trabalhos Arqueológicos apresentado.

c) Os trabalhos arqueológicos deverão ser documentados de acordo com os procedimentos estabelecidos pela regulamentação em vigor.

d) O Plano de Trabalhos Arqueológicos deverá prever a necessidade de se realizarem sondagens arqueológicas pontuais, prévias a ações de conservação de ruínas arqueológicas, para informar os respetivos projetos.

e) No Plano de Trabalhos Arqueológicos a apresentar pelo prestador de serviços devem observar-se, como requisitos mínimos, os seguintes parâmetros:

- Memória descritiva das estratégias a adotar;
- Escavação manual das áreas selecionadas através do método de decapagem por camadas naturais, com crivagem de todos os sedimentos escavados.
- Registo georreferenciado de dados com preenchimento de fichas de unidade estratigráfica e de espólio, fotografia digital e desenhos às escalas adequadas; as fichas de unidade estratigráfica devem incluir matriz tipo *Harris*.
- Todos os registos decorrentes dos trabalhos arqueológicos devem integrar um sistema de informação do tipo Base de Dados Relacional, a conceber pelo Prestador de Serviços, em formato digital compatível;
- Tratamento preliminar, lavagem, marcação e acondicionamento do espólio recolhido, o qual, após estudo, deverá ficar depositado à responsabilidade do Município de Boticas. O espólio que careça de medidas especiais de tratamento e conservação deverá ser embalado separadamente.
- Estudo detalhado dos materiais arqueológicos exumados, que deverá incluir a sua classificação crono-tipológica.

f) Deverá ser elaborado um Relatório Final, de acordo com as normas legais vigentes. O relatório deverá ser entregue em duplicado, em papel e em formato digital compatível.

Cláusula 12.ª

Conceção e produção de conteúdos para divulgação

1. O Prestador de Serviços deverá apresentar propostas para publicações impressas correlacionadas com o objeto de contrato.
2. Devem ser editadas, pelo menos, duas publicações impressas no período de vigência do contrato:
 - a) A edição dos conteúdos (textos e ilustrações), bem como a maquetagem e impressão, será da responsabilidade do Prestador de Serviços.
 - b) A maquetagem estará sujeita à aprovação prévia do Município de Boticas.
3. Deverá ser proposta e elaborada brochura temática e desdobrável, relativas à exposição temporária a produzir nos termos da Cláusula 5.ª, alínea c).
 - a) A edição dos conteúdos (textos e ilustrações), bem como a maquetagem e impressão da brochura e desdobrável propostas, será da responsabilidade do Prestador de Serviços.

- b) A maquetagem estará sujeita à aprovação prévia do Município de Boticas.

Cláusula 13.ª

Produção e Montagem de Exposição Temporária Itinerante

1. O Prestador de Serviços deverá apresentar proposta para uma exposição temporária itinerante, correlacionada com o tema objeto do contrato.
 - a) O prestador de serviços será responsável pela elaboração do guião expositivo e produção dos respetivos conteúdos;
 - b) O prestador de serviços será responsável pela montagem da exposição.
 - c) Para assegurar a modalidade de itinerância, a exposição deve revestir o formato de kit móvel de painéis, com guião expositivo e manual de montagem, e/ou formato autotransportado.
 - d) O prestador de serviços deverá considerar eventuais complementaridades da exposição com atividades desenvolvidas por associações culturais locais.

Cláusula 14.ª

Organização de Eventos Científicos e Atividades Culturais

1. O Prestador de Serviços deverá apresentar propostas para eventos de carácter científico e para atividades de animação cultural, correlacionados com a temática objeto de contrato.
2. Deverá realizar-se um evento científico internacional e uma atividade local durante o período de vigência do contrato.

Subsecção III

Dever de sigilo

Cláusula 15.ª

Objeto do dever de sigilo

- 1 — O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Boticas, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo

judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 16.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredo comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações do Município de Boticas

Cláusula 17.ª

Preço contratual

1 — Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Boticas deve pagar à Entidade Adjudicatária o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Boticas, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 18.ª

Condições de pagamento

1 — A(s) quantia(s) devidas pelo Município de Boticas, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 dias após a receção pelo Município de Boticas das respectivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respectiva.

- a) Pagamento de 20%, 30 dias após a data da celebração do contrato;
- b) Pagamento de 30%, 60 dias após o pagamento da fase anterior;
- c) Pagamento de 30%, 90 dias após o pagamento da fase anterior;
- d) Pagamento de 20% com a conclusão dos trabalhos.

2 — Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos elementos a desenvolver pelo prestador de serviços ao abrigo do contrato.

3 — Em caso de discordância por parte do Município de Boticas, quanto aos valores indicados nas facturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura corrigida.

4 — Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 19.ª

Penalidades contratuais

1 — Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Boticas pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos elementos referentes a cada fase do contrato, até 10% do valor do contrato.
- b) Pela não conformidade dos serviços prestados e dos meios técnicos e equipamentos definidos nos termos do disposto nas cláusulas nºs 11 a 16 do presente Caderno de Encargos até 20% do valor do contrato.

2 — Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Boticas pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do valor a contratualizar.

3 — Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respectiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.

4 — Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Boticas tem em conta, nomeadamente, a duração da infracção, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

5 — O Município de Boticas pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 — As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Boticas exija uma indemnização pelo dano excedente.

Força maior

1 — Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaíam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 21.ª

Resolução por parte do contraente público

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Boticas pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Pelo atraso na conclusão dos serviços ou na entrega dos elementos referentes a cada fase do contrato superior a três meses ou declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso respetivo excederá esse prazo;
- b) Pela não conformidade dos serviços prestados e dos meios técnicos e equipamentos definidos nos termos das cláusulas nºs 11 a 14 do presente Caderno de Encargos.

2 — O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços.

Cláusula 22.ª

Resolução por parte do prestador de serviços

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando:

- a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 dias ou o montante em dívida exceda 50% do preço contratual, excluindo juros.

2 — O direito de resolução é exercido [por via judicial], nos termos [Cláusula 25.ª].

3 — Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Boticas, que produz efeitos 30 dias após a recepção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Capítulo IV

Cláusula 23.ª

Execução da caução

1 — A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do Programa do Procedimento, pode ser executada pelo Município de Boticas, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo prestador de serviços das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

2 — A resolução do contrato pelo Município de Boticas não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.

3 — A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o prestador de serviços na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 90 dias após a notificação do Município de Boticas para esse efeito.

4 — A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 24.ª

Seguros

1 — É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, se o Município de Boticas entender conveniente.

2 — O Município de Boticas pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo 10 dias.

Capítulo V

Resolução de litígios

Cláusula 25.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela.

Capítulo VI

Disposições finais

Cláusula 26.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 27.ª

Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do

Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 28.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 29.^a

Direitos de autor

Sobre os resultados científicos dos Estudos e Trabalhos, os respetivos responsáveis reservam-se todos os direitos, nos termos da legislação aplicável, designadamente os consagrados nos Decreto-Lei n.º 270/99, de 15 de Julho (que aprova o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos), Decreto-Lei 332/97 e 334/97, de 27 de Novembro (que regulamenta os direitos de autor e direitos conexos) e a Lei 50/2004, de 24 de Agosto (que transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2001/29/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Maio, relativa a direitos de autor e conexos).

Cláusula 30.^a

Registo e Arquivo das Bases de Trabalho

A Entidade Adjudicatária deverá manter arquivados e em condições de utilização, os respetivos registos informáticos relativos aos trabalhos executados no âmbito deste caderno de encargos, pelo prazo de cinco anos a contar da data de entrega do trabalho.

Cláusula 31.^a

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, com especial incidência pelo Decreto-Lei nº18/2008, de 29 de janeiro alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.